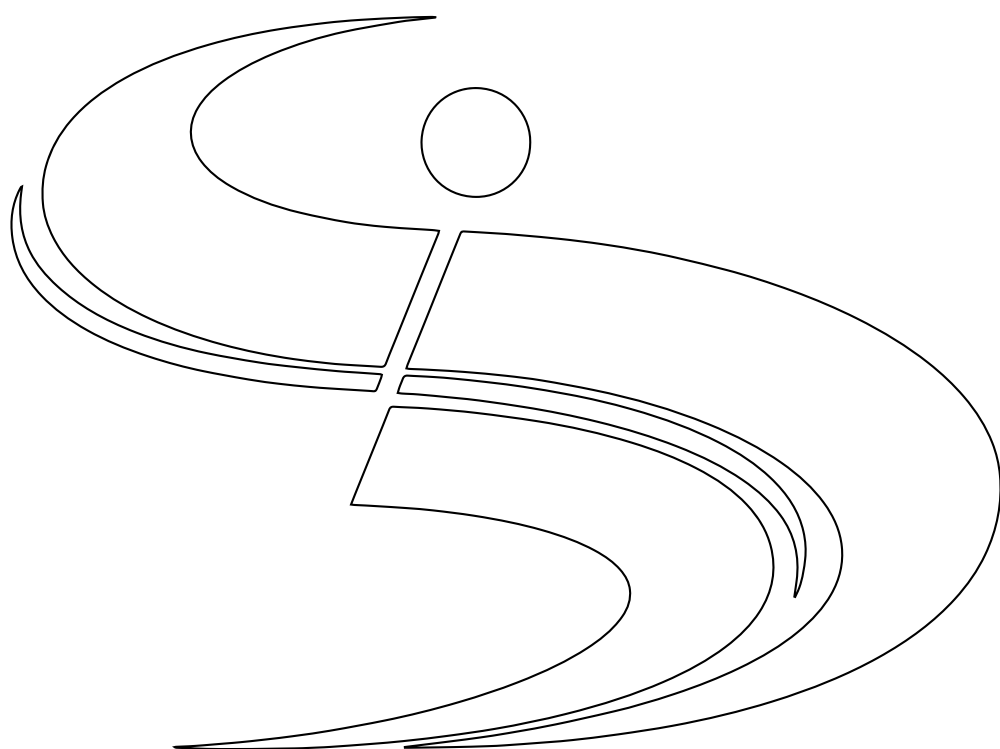


Contributos da Confederação do Desporto de Portugal para o PTRR – Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência



Contributos da Confederação do Desporto de Portugal para o PTRR – Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência

MARÇO 2026

FEDERAÇÕES FILIADAS:

A RAZÃO DE EXISTIR DA CONFEDERAÇÃO DO DESPORTO DE PORTUGAL



Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto



Federação Académica do Desporto Universitário



Federação de Andebol de Portugal



Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal



Federação de Desportos de Inverno de Portugal



Federação de Ginástica de Portugal



Federação de Jiu-jitsu e Disciplinas Associadas de Portugal



Federação de Motociclismo de Portugal



Federação de Patinagem de Portugal



Federação de Triatlo de Portugal



Federação dos Arqueiros e Besteiros de Portugal



Federação Equestre Portuguesa



Federação Nacional de Karaté



Federação Nacional de Squash



Federação Portugal Taekwondo



Federação Portuguesa de Actividades Subaquáticas



Federação Portuguesa de Aeromodelismo



Federação Portuguesa de Aeronáutica



Federação Portuguesa de Aikido



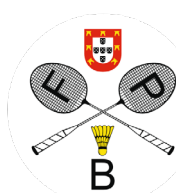
Federação Portuguesa de Atletismo



Federação Portuguesa de Artes Marciais Chinesas



Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting



Federação Portuguesa de Badminton



Federação Portuguesa de Basquetebol



Federação Portuguesa de Bilhar



FEDERAÇÕES FILIADAS:

A RAZÃO DE EXISTIR DA CONFEDERAÇÃO DO DESPORTO DE PORTUGAL



Federação Portuguesa de Pentatlo Moderno



Federação Portuguesa de Pesca Desportiva



Federação Portuguesa de Pesca Desportiva de Alto Mar



Federação Portuguesa de Petanca



Federação Portuguesa de Remo



Federação Portuguesa de Rugby



Federação Portuguesa de Sumo



Federação Portuguesa de Surf



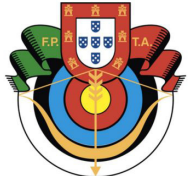
Federação Portuguesa de Ténis



Federação Portuguesa de Ténis de Mesa



Federação Portuguesa de Tiro



Federação Portuguesa de Tiro com Arco



Federação Portuguesa de Tiro com Armas de Caça



Federação Portuguesa de Vela



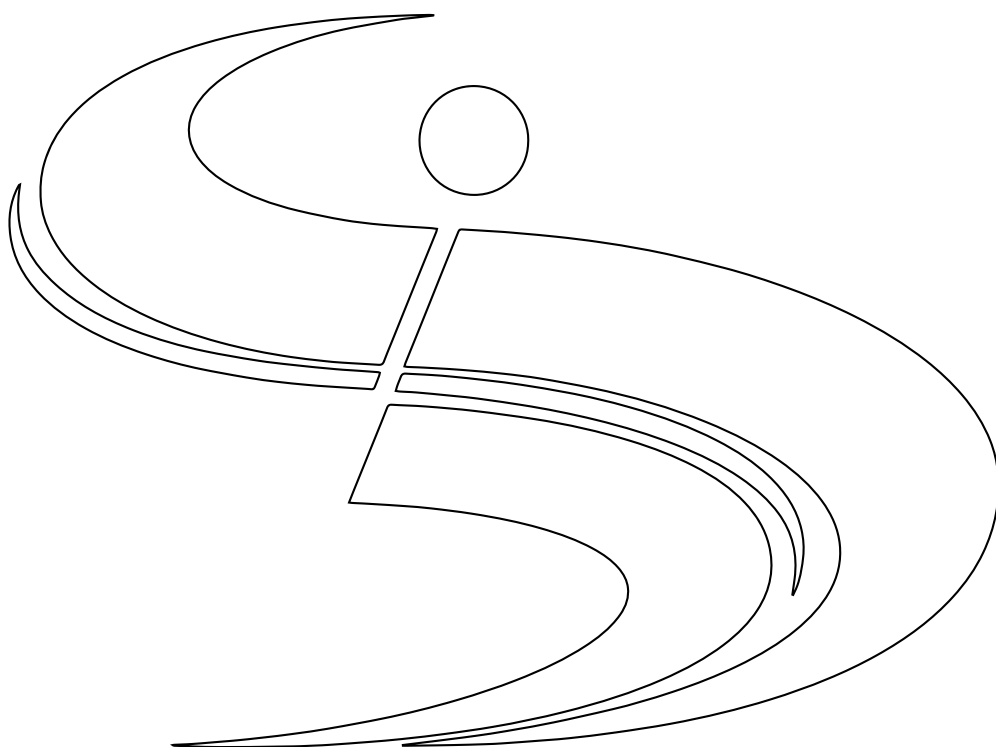
Federação Portuguesa de Voleibol



Federação Portuguesa de Voo Livre



Federação Portuguesa de Xadrez



ÍNDICE



INTRODUÇÃO	10
PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DESPORTIVAS AFETADAS	11
REFORÇO DA RESILIÊNCIA DO SISTEMA DESPORTIVO FEDERADO	12
CRIAÇÃO DE UM FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO	14
REVISÃO DO ENQUADRAMENTO FISCAL APLICÁVEL AO DESPORTO.....	16
PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DESPORTIVAS.....	17
PROGRAMA DE TRANSIÇÃO DIGITAL DO SISTEMA DESPORTIVO FEDERADO.....	19
CONCLUSÃO.....	20

INTRODUÇÃO

No âmbito do processo de auscultação em curso relativo ao PTRR – Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência, e na sequência da catástrofe climática ocorrida entre os dias 28 de janeiro e 15 de fevereiro de 2026, a Confederação do Desporto de Portugal vem apresentar contributos que procuram identificar domínios em que o Desporto pode e deve ser considerado no reforço da capacidade do país para responder a desafios futuros e consolidar processos de recuperação e transformação com impacto duradouro.

A análise da nota de conceito do PTRR – Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência revela, contudo, que o Desporto não surge ainda devidamente considerado no quadro estratégico apresentado. A referência existente limita-se ao Pilar do Programa de Recuperação, no ponto relativo a *“Equipamentos de base local, incluindo escolas e equipamentos desportivos: mecanismos de financiamento a autarquias, com condicionalidade”*.

Embora positiva, esta referência revela-se manifestamente insuficiente face à relevância estrutural do Desporto na sociedade portuguesa, particularmente quando o objetivo central do PTRR é reforçar a resiliência do país e promover processos de transformação com impacto estrutural no desenvolvimento nacional.

Importa recordar que já no PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, aprovado em 2021, o Desporto federado não foi considerado de forma estruturada nas principais linhas de investimento e reforma previstas, ao contrário do que aconteceu em diversos outros países europeus, onde o Desporto foi integrado nos respetivos planos nacionais de recuperação e resiliência.

Quando se discute resiliência, transformação e preparação do país para responder a desafios futuros, não é possível ignorar o papel do Desporto enquanto atividade fundamental para a formação das crianças e dos jovens, para a promoção da saúde pública, para a coesão social e territorial e para o impacto económico e o retorno que a atividade desportiva gera para o país.

O sistema desportivo federado – organizado por federações desportivas, associações regionais e territoriais e clubes – constitui uma das redes associativas mais importantes do país, mobilizando diariamente centenas de milhares de praticantes, treinadores, equipas multidisciplinares de apoio e dirigentes em praticamente todos os municípios.

A Confederação do Desporto de Portugal e as federações desportivas têm vindo, ao longo dos últimos meses, a apresentar diversas propostas com vista à reforma estrutural do setor desportivo, procurando criar condições para um novo impulso no desenvolvimento das modalidades. O presente documento enquadra-se igualmente nesse esforço de reflexão e proposta.

Importa igualmente sublinhar que o reforço do sistema desportivo nacional constitui um contributo relevante para a resiliência das comunidades e para a capacidade do país responder a eventos externos adversos – de natureza climática, social ou económica –, como demonstraram os impactos da recente catástrofe climática ocorrida entre os dias 28 de janeiro e 15 de fevereiro de 2026.

À luz destas considerações, apresentam-se seguidamente propostas que a Confederação do Desporto de Portugal entende relevantes para assegurar uma melhor integração do Desporto no quadro estratégico do PTRR – Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência.

PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DESPORTIVAS AFETADAS

IDENTIFICAÇÃO DA INTERVENÇÃO:

Criação de um programa extraordinário de recuperação e reabilitação de infraestruturas desportivas afetadas pelas recentes tempestades.

ENQUADRAMENTO NO PTRR:

Pilar Recuperação.

ENQUADRAMENTO:

Os fenómenos meteorológicos extremos ocorridos no início do ano provocaram danos significativos em diversas infraestruturas desportivas municipais e associativas, comprometendo a prática desportiva regular, a atividade dos clubes e o funcionamento dos quadros competitivos de várias modalidades.

A Confederação do Desporto de Portugal promoveu um levantamento junto dos municípios potencialmente afetados, cujo resultado se anexa ao presente documento ([ANEXO 1](#)). Importa, contudo, referir que a informação recolhida poderá não refletir ainda a totalidade das situações existentes, atendendo ao caráter inicial do trabalho realizado. Ainda assim, os elementos reunidos permitem identificar um conjunto significativo de infraestruturas danificadas e estimar, de forma indicativa, as necessidades de intervenção.

PRIORIDADE:

Elevada, por se tratar de equipamentos essenciais ao normal funcionamento da atividade desportiva nacional.

ESTIMATIVA INDICATIVA FINANCEIRA E TEMPORAL:

As estimativas financeiras encontram-se detalhadas no levantamento anexo, podendo as intervenções ser executadas num horizonte temporal de 12 a 24 meses.

IMPACTO ESPERADO:

Reposição das condições de utilização das infraestruturas desportivas afetadas e garantia de continuidade da atividade desportiva, em territórios diretamente atingidos.

REFORÇO DA RESILIÊNCIA DO SISTEMA DESPORTIVO FEDERADO

IDENTIFICAÇÃO DA INTERVENÇÃO:

Programa de reforço estrutural da capacidade de intervenção e investimento das federações desportivas, enquanto entidades responsáveis pelo desenvolvimento e organização das modalidades em Portugal.

ENQUADRAMENTO NO PTRR:

Pilar Resiliência (Resiliência das Comunidades) – reforço da capacidade institucional e financeira de setores estruturantes da sociedade portuguesa.

ENQUADRAMENTO:

A recente catástrofe climática demonstrou a vulnerabilidade das estruturas desportivas – federações desportivas, associações regionais e territoriais e clubes – perante choques externos.

Nas últimas décadas, o investimento público no Desporto tem sido fortemente orientado para os projetos olímpico e paralímpico, privilegiando a preparação da elite desportiva. Embora esse investimento seja importante, importa assegurar simultaneamente o investimento nas fases de desenvolvimento desportivo anteriores.

O reforço da capacidade institucional e financeira das federações desportivas constitui um fator determinante para garantir o desenvolvimento sustentado das modalidades, apoiar clubes e associações territoriais e aumentar a robustez do sistema desportivo nacional face a situações externas adversas.

Neste contexto, importa promover o reforço da dotação financeira à atividade regular das federações desportivas, designadamente através do alargamento das fontes de financiamento público do setor à receita fiscal do Estado, criando condições para uma intervenção mais consistente e estruturada das organizações que sustentam a prática desportiva em todo o território nacional.

PRIORIDADE / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

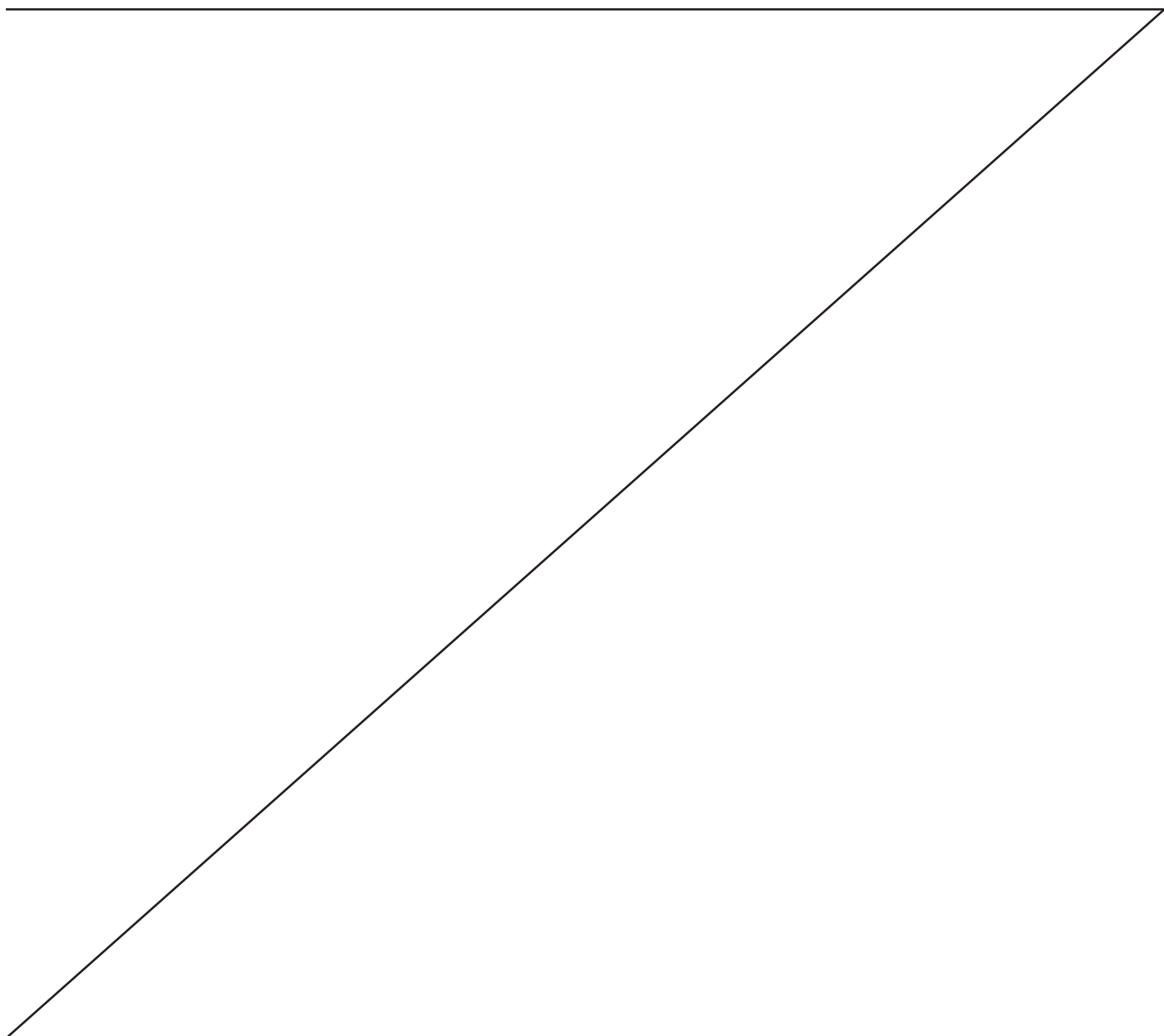
- Massificação e democratização da prática desportiva devidamente enquadrada, independentemente do género ou da idade, reforçando o papel do IPDJ, das federações desportivas, das associações regionais e territoriais e dos clubes neste objetivo;
- Robustecimento e alargamento dos quadros competitivos das diferentes modalidades, assegurando a existência de estruturas competitivas adequadas aos diferentes níveis de prática – nacional, regional e local – e promovendo oportunidades regulares de participação desportiva ao longo do percurso formativo dos atletas;
- Reforço da cooperação entre o Desporto Escolar e o Desporto Federado, promovendo a organização de quadros competitivos integrados e adequados aos diferentes níveis competitivos, em idades de formação;



- Valorização do papel dos clubes de base local, reforçando os programas de financiamento destinados à sua qualificação organizacional, administrativa e técnica;

IMPACTO ESPERADO:

- Maior robustez do sistema desportivo nacional;
- Reforço da capacidade de resposta a eventos externos;
- Maior capacidade de investimento das federações desportivas no desenvolvimento das modalidades;
- Aumento da participação desportiva da população, através da massificação e democratização do acesso ao Desporto;
- Desenvolvimento sustentado das modalidades e das suas estruturas de base.



CRIAÇÃO DE UM FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

IDENTIFICAÇÃO DA INTERVENÇÃO:

Revisão do Regime Jurídico dos Jogos e Apostas Online (RJO), reforçando o financiamento estrutural do sistema desportivo federado.

ENQUADRAMENTO NO PTRR:

Pilar Resiliência (Resiliência das Comunidades) – reforço da capacidade institucional e financeira de setores estruturantes da sociedade portuguesa.

ENQUADRAMENTO:

A Confederação do Desporto de Portugal apresentou já ao Governo, em abril de 2025, uma proposta de revisão da distribuição das receitas provenientes das apostas desportivas ([ANEXO 2](#)), a qual foi consensualizada e aprovada por todas as federações desportivas nacionais.

Esta iniciativa prevê a criação de um Fundo de Desenvolvimento Desportivo, financiado através da afetação de 7,5% da receita do Imposto Especial sobre o Jogo Online (IEJO), permitindo reforçar o financiamento do sistema desportivo federado em cerca de 15 milhões de euros anuais.

Mais do que um reforço financeiro conjuntural, trata-se de uma medida estrutural de reforço da resiliência do sistema desportivo nacional.

A recente catástrofe climática demonstrou de forma clara que a capacidade de resposta dos territórios e das comunidades depende também da robustez das suas estruturas associativas. No caso do Desporto, essas estruturas são as federações desportivas, as associações regionais e territoriais e os clubes, que asseguram diariamente a prática desportiva de milhares de jovens.

A criação deste Fundo de Desenvolvimento Desportivo permitiria aumentar a capacidade de intervenção das federações desportivas e, consequentemente, das associações regionais e territoriais e dos clubes, tornando o sistema desportivo mais preparado para enfrentar e mitigar impactos de fatores externos adversos – sejam eles de natureza climática, económica ou social.

PRIORIDADE:

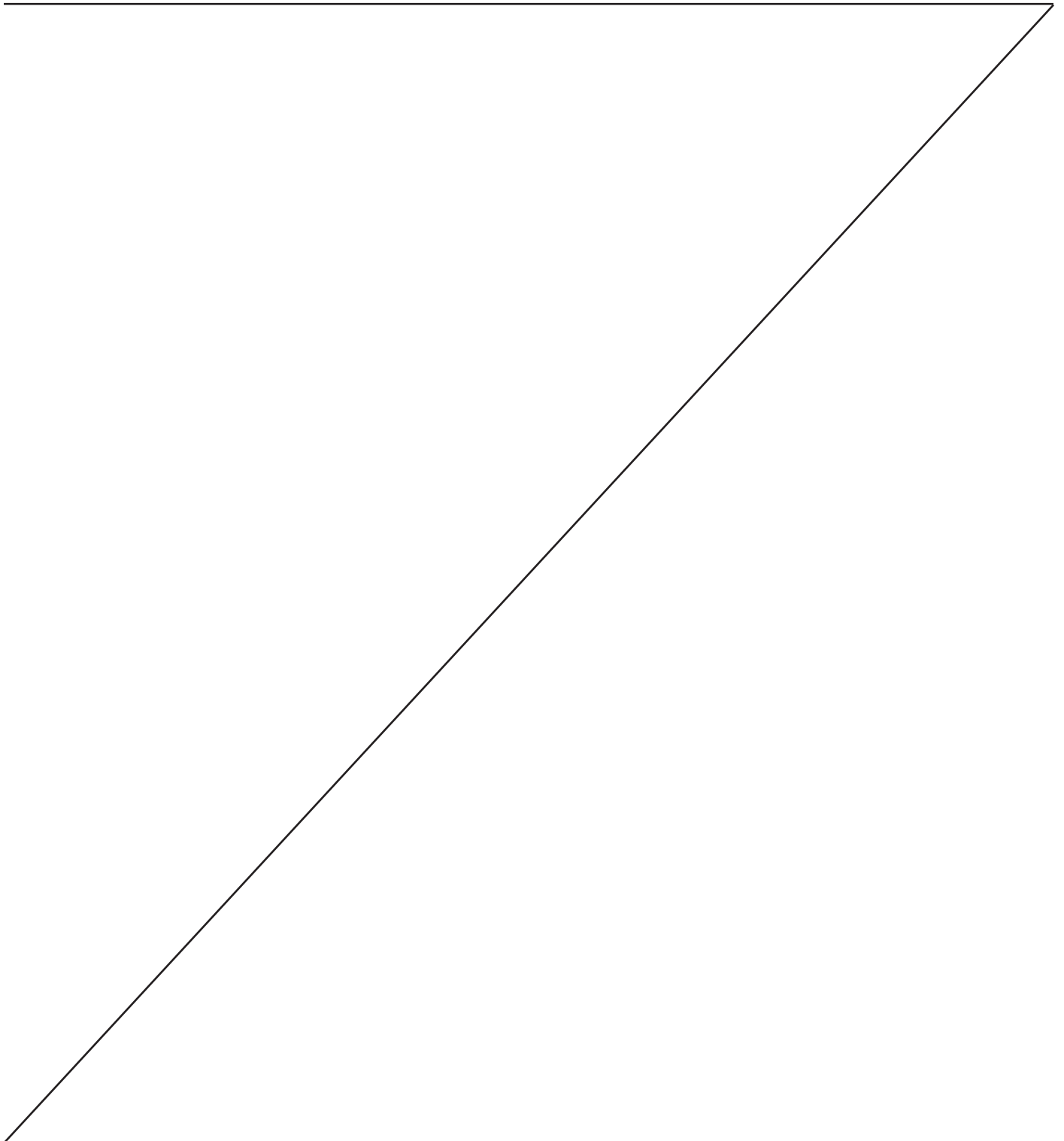
Medida estruturante para o reforço institucional e financeiro do sistema desportivo nacional.

IMPACTO ESPERADO:

- Reforço da sustentabilidade financeira das federações desportivas;
- Aumento da capacidade de apoio às associações regionais e territoriais e aos clubes;



- Maior capacidade de investimento por parte das federações desportivas no desenvolvimento das modalidades – processo de deteção e acompanhamento de talentos; profissionalização dos clubes e das associações regionais e territoriais; robustecimento e alargamento dos quadros competitivos; formação contínua de treinadores e árbitros/juízes; e apoio consistente a atletas e seleções nacionais – incluindo escalões de formação – para que possam competir internacionalmente ao mais alto nível;
- Melhoria da capacidade de resposta do setor a eventos disruptivos ou crises externas.



REVISÃO DO ENQUADRAMENTO FISCAL APLICÁVEL AO DESPORTO

IDENTIFICAÇÃO DA INTERVENÇÃO:

Revisão do enquadramento fiscal aplicável ao setor do Desporto, com vista a reforçar a sustentabilidade financeira das organizações desportivas e a criar condições mais favoráveis ao investimento e desenvolvimento da atividade desportiva.

ENQUADRAMENTO NO PTRR:

Pilar Resiliência (Resiliência das Comunidades) – reforço da capacidade institucional e financeira de setores estruturantes da sociedade portuguesa.

ENQUADRAMENTO:

A Confederação do Desporto de Portugal apresentou, em outubro de 2025, o documento “Propostas de Alteração à Legislação Fiscal Vigente e Aplicável ao Desporto” ([ANEXO 3](#)), contendo um conjunto de propostas destinadas a modernizar e tornar mais adequado o enquadramento fiscal do setor.

Apesar do enquadramento legal atualmente existente, a aplicação de incentivos fiscais ao Desporto em Portugal tem sido limitada e pouco estruturada, inexistindo um quadro fiscal estável e coerente que reconheça plenamente a relevância social, económica e cultural da atividade desportiva.

Esta realidade fragiliza o cumprimento dos princípios constitucionais que reconhecem o papel do Desporto na promoção da saúde pública, da inclusão social e da formação das novas gerações. A concretização plena destes princípios exige, por isso, uma política pública integrada e sustentada, que articule as dimensões educativa, social e fiscal.

Neste contexto, a Confederação do Desporto de Portugal propôs a criação de um pacote fiscal de apoio ao Desporto, assente em vários eixos estruturantes, designadamente:

- Benefícios fiscais aplicáveis às entidades desportivas e à prática desportiva;
- Estatuto do Dirigente Associativo Desportivo Voluntário;
- Regime de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) aplicável ao acesso a eventos desportivos;
- Deduções à coleta em sede de IRS de despesas relacionadas com a prática desportiva;
- Harmonização dos regimes fiscais aplicáveis a atletas, árbitros e treinadores;
- Criação de um regime fiscal aplicável ao período pós-carreira dos atletas.

Este conjunto de medidas visa igualmente assegurar uma maior equiparação do enquadramento fiscal do Desporto ao atualmente existente no setor da Cultura, reconhecendo o papel estruturante que o Desporto desempenha na sociedade portuguesa e na economia nacional.

PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DESPORTIVAS

IDENTIFICAÇÃO DA INTERVENÇÃO:

Criação de um programa nacional de modernização, requalificação e construção de infraestruturas desportivas, abrangendo instalações escolares (**estabelecimentos escolares do ensino básico e secundário e instituições de ensino superior**), municipais e associativas.

ENQUADRAMENTO NO PTRR:

Pilar Transformação e Resiliência — modernização de equipamentos de base local e reforço da capacidade das comunidades.

ENQUADRAMENTO:

Uma parte significativa das instalações destinadas à prática desportiva em Portugal apresenta atualmente degradação física, limitações funcionais e insuficiência de condições técnicas, resultantes da antiguidade de muitos equipamentos e da ausência, ao longo de vários anos, de programas consistentes de investimento na sua renovação.

Estas limitações manifestam-se em diferentes níveis da prática desportiva. Verificam-se nas escolas, onde muitas instalações condicionam o ensino da Educação Física e o desenvolvimento do Desporto Escolar; nos clubes, que frequentemente enfrentam dificuldades na realização de treinos e competições; e também na capacidade do país dispor de equipamentos adequados à organização de grandes competições internacionais.

A modernização deste parque de instalações constitui igualmente uma oportunidade para promover a sua adaptação às exigências técnicas, ambientais e de eficiência energética atualmente aplicáveis, incorporando soluções construtivas e tecnológicas que permitam reduzir custos de operação, melhorar a sustentabilidade ambiental e melhorar a qualidade destes recintos.

Neste contexto, torna-se necessário promover um programa estruturado de investimento que permita requalificar instalações existentes, construir novos equipamentos tendo por base indicadores demográficos, climáticos e de prática desportiva e assegurar uma melhor distribuição territorial das condições de acesso ao Desporto.

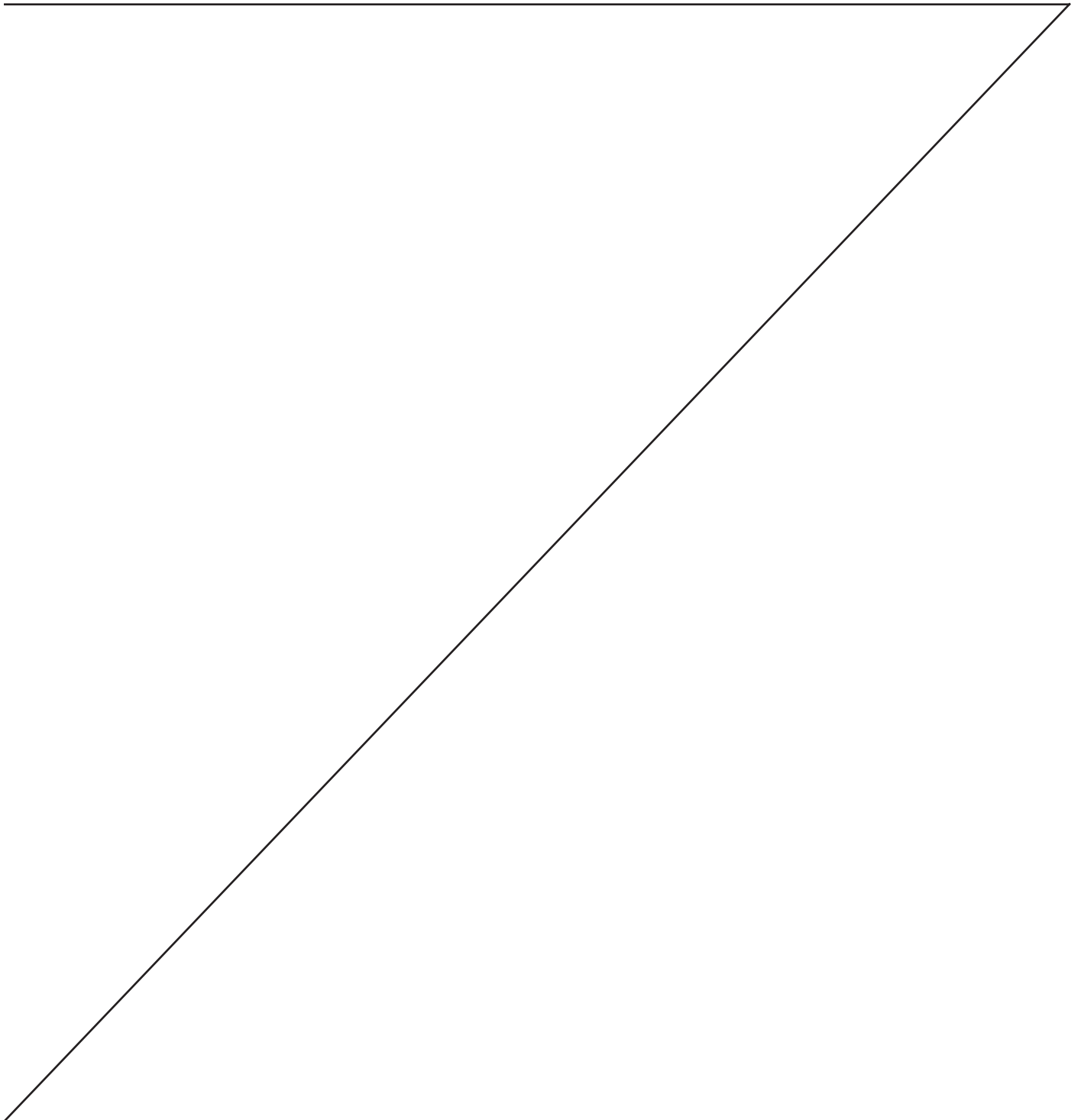
Este esforço deverá abranger de forma articulada instalações escolares, equipamentos municipais e infraestruturas pertencentes ao movimento associativo, reconhecendo o papel complementar que estas diferentes tipologias desempenham na promoção do acesso generalizado à prática desportiva.

PRIORIDADE:

Intervenção estruturante para melhorar as condições de prática desportiva e reforçar a coesão territorial no acesso a instalações adequadas.

**IMPACTO ESPERADO:**

- Modernização do parque nacional de infraestruturas desportivas;
- Melhoria das condições de prática desportiva para a população;
- Aumento da eficiência energética e da sustentabilidade ambiental das instalações;
- Redução de desigualdades territoriais no acesso a espaços destinados à prática desportiva;
- Reforço da capacidade do país para acolher competições desportivas de dimensão internacional.



PROGRAMA DE TRANSIÇÃO DIGITAL DO SISTEMA DESPORTIVO FEDERADO

IDENTIFICAÇÃO DA INTERVENÇÃO:

Criação de um programa nacional de transição digital dirigido às federações desportivas, associações regionais e territoriais e clubes, destinado a modernizar os processos de gestão, organização e desenvolvimento das modalidades.

ENQUADRAMENTO NO PTRR:

Pilar Transformação — modernização organizacional e digitalização de setores estruturantes da sociedade.

ENQUADRAMENTO:

A crescente digitalização da sociedade exige também a modernização dos processos de gestão e funcionamento das organizações que compõem o sistema desportivo nacional.

Apesar dos progressos registados nos últimos anos, uma parte significativa das federações desportivas, associações regionais e territoriais e clubes continua a enfrentar limitações ao nível da digitalização dos seus processos administrativos e de gestão, o que condiciona a eficiência organizacional e a capacidade de acompanhamento e desenvolvimento da atividade desportiva.

Importa igualmente considerar que o PTRR – Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência prevê um Pilar Transformação, destinado a promover processos de modernização estrutural e adaptação das organizações e dos setores de atividade aos desafios contemporâneos.

Neste contexto, importa promover um programa de investimento que permita apoiar as federações desportivas na modernização dos seus sistemas de gestão, plataformas digitais, bases de dados de praticantes e sistemas de organização competitiva, bem como na capacitação tecnológica das suas estruturas e dos agentes que nelas intervêm.

PRIORIDADE:

Intervenção estruturante para modernizar o funcionamento das organizações desportivas e reforçar a eficiência do sistema desportivo nacional.

IMPACTO ESPERADO:

- Modernização dos processos de gestão e organização das federações desportivas;
- Maior eficiência administrativa e operacional das organizações desportivas;
- Melhoria dos sistemas de gestão de competições e de licenciamento de agentes desportivos;
- Reforço da transparência, monitorização e recolha de dados no sistema desportivo;
- Aumento da capacidade de planeamento e desenvolvimento das modalidades.

CONCLUSÃO

O Desporto constitui um setor estruturante da sociedade portuguesa, com impacto direto na saúde pública, na coesão social e territorial, na formação das novas gerações e na dinamização económica de múltiplos territórios.

A integração mais consistente do Desporto no quadro estratégico do **PTRR – Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência** representa, por isso, uma oportunidade para reforçar a robustez do sistema desportivo nacional, modernizar as suas estruturas e melhorar as condições de acesso à prática desportiva em todo o território.

Ao longo das últimas décadas, o investimento público no Desporto tem-se concentrado de forma muito significativa nos projetos olímpico e paralímpico. Embora esse investimento seja relevante, **uma política pública orientada, praticamente, em exclusivo para a preparação da elite desportiva corre o risco de descuidar as etapas fundamentais de acesso, formação e desenvolvimento das modalidades**, que constituem a base de qualquer sistema desportivo sólido e sustentável.

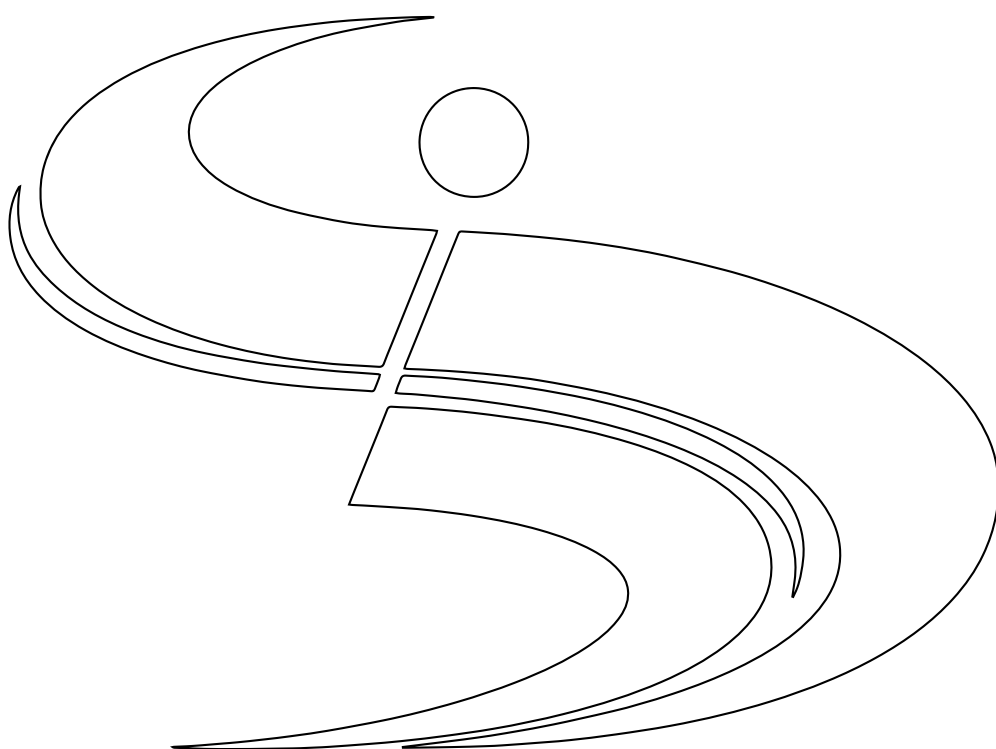
As federações desportivas são as entidades responsáveis por organizar, estruturar e implementar esse processo de desenvolvimento. Contudo, ao longo dos últimos 30 anos, têm vindo a enfrentar uma **progressiva perda de capacidade financeira e de poder de compra**, o que limita a sua capacidade de investimento no crescimento das modalidades, no alargamento da base de atletas e na qualificação de agentes e estruturas técnicas e de gestão.

Nestas circunstâncias, muitas federações desportivas acabam por concentrar os seus esforços em assegurar o funcionamento regular das suas atividades, procurando manter “a porta aberta” à prática desportiva, mas **sem dispor dos recursos necessários para concretizar com ambição os projetos de desenvolvimento das modalidades que estruturam**.

Se o objetivo do **PTRR** é reforçar a capacidade de recuperação do país, aumentar a sua resiliência e promover processos de transformação estrutural, então o **reforço do investimento na base e nas etapas subsequentes de desenvolvimento desportivo, bem como na capacidade de intervenção das federações desportivas, deve constituir uma prioridade estratégica**. Adicionalmente, essa aposta deve ser conjugada com a **modernização de infraestruturas desportivas já existentes e pela construção de novas instalações adequadas às necessidades das diferentes modalidades**. Sem instalações desportivas modernas, seguras e devidamente dimensionadas não é possível garantir condições de prática desportiva de qualidade. A construção e requalificação destes equipamentos deve, por isso, integrar uma visão de planeamento territorial que tenha em consideração os hábitos de prática das diferentes modalidades, os indicadores demográficos e as características climáticas de cada região.

Importa igualmente sublinhar que o reforço das condições de financiamento do sistema desportivo deve ser acompanhado por mecanismos claros de definição de objetivos, metas e métricas de avaliação. Nesse quadro, caberá ao Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) assegurar a monitorização e o acompanhamento da implementação das políticas e programas definidos, garantindo o escrutínio público dos resultados alcançados e a adequada utilização dos recursos disponibilizados.

A Confederação do Desporto de Portugal manifesta inteira disponibilidade para colaborar com o Governo no aprofundamento destas propostas e na definição de soluções que permitam valorizar o papel do Desporto no desenvolvimento presente e futuro do país.



ANEXOS

ANEXO 1:

<https://www.cdp.pt/wp-content/uploads/2026/03/Catastrofe-climatica-janeiro-e-fevereiro-2026-Levantamento-de-estragos-em-instalacoes-desportivas.pdf>

ANEXO 2:

<https://www.cdp.pt/wp-content/uploads/2026/03/Regime-Juridico-dos-Jogos-e-Apostas-Online.pdf>

ANEXO 3:

<https://www.cdp.pt/wp-content/uploads/2025/10/CDP-Propostas-de-alteracao-a-legislacao-fiscal-vigente.pdf>



**A VOZ DO
DESPORTO**

CONFEDERAÇÃO DO DESPORTO DE PORTUGAL